

O IMPACTO DO REUNI NOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS BENEFICIADOS COM A EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS¹

Camila Henriques de Paula
Universidade Federal de Viçosa - UFV
camila.paula@ufv.br

Débora Gonzaga Martin
Universidade Federal de Viçosa - UFV
debgonzaga@hotmail.com

Luiz Antônio Abrantes
Universidade Federal de Viçosa - UFV
abrantes@ufv.br

RESUMO

O trabalho objetivou avaliar a situação operacional, financeira e econômica dos municípios mineiros e as implicações da implantação de um campus universitário com a expansão promovida pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) sobre os indicadores socioeconômicos. A análise é importante e oportuna por tratar-se de uma política pública fundada em 2012, cujos avanços quantitativos na expansão das universidades públicas federais propiciaram o acesso à educação superior pública em regiões onde inexistia a oportunidade de ingressar na rede federal de ensino, apesar das limitações e possibilidades constatadas nos municípios. Ademais, o trabalho busca subsidiar a tomada de decisão em futuras ações do poder público federal na elaboração e implementação de políticas públicas no âmbito da educação com vistas aos efeitos a nível municipal. Para isso, as pesquisas bibliográficas e documentais fundamentaram a análise descritiva e comparativa da variação, a realização dos testes de diferenças entre médias e estimativas das taxas de crescimento anuais. Portanto, constatou-se que a presença de um campus universitário interfere na estrutura organizacional e imobiliária do município ao dinamizar a economia local, proporcionar o crescimento, maior oportunidade de qualificação profissional e gerar empregos para os moradores locais.

PALAVRAS-CHAVE: Reuni; Indicadores socioeconômicos; Municípios.

¹ Recepção: Dez/2020.

Aprovação: Abr/2020.

Publicação: Dez/2020.

THE IMPACT OF THE REUNI ON THE SOCIOECONOMIC INDICATORS OF THE MUNICIPALITIES OF MINAS GERAIS BENEFITING FROM THE EXPANSION OF THE FEDERAL UNIVERSITIES

ABSTRACT

The study aimed to evaluate the operational, financial and economic situation of the municipalities of Minas Gerais and the implications of the implementation of a university campus with the expansion promoted by the Program of Support to the Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (Reuni) on socioeconomic indicators. The analysis is important and timely because it is a public policy that ended in 2012, whose quantitative advances in the expansion of federal public universities provided access to public higher education in regions where there was no opportunity to enter the federal education network, despite the limitations and possibilities of the cities. In addition, the study seeks to subsidize decision-making in future actions of the federal government in the design and implementation of public policies in the field of education with a view to the effects at the municipal level. For this, the bibliographic and documentary research supported the descriptive and comparative analysis of the variation, the tests of differences between means and estimates of annual growth rates. Therefore, it was found that the presence of a university campus interferes with the municipality's organizational and real estate structure by boosting the local economy, providing growth, greater opportunity for professional qualification and generating jobs for local residents.

KEYWORDS: Reuni; Socioeconomic indicators; Cities.

1. INTRODUÇÃO

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, por parâmetro constitucional, é promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Deste modo, a União é responsável pela organização do sistema federal de ensino e dos Territórios, cabendo, respectivamente, aos Estados e Distrito Federal e aos Municípios a atuação prioritária no ensino fundamental e médio e na educação infantil (BRASIL, 1988).

Após 1990, as universidades sofreram contingenciamentos financeiros, que reduziram o corpo docente e técnico devido à ausência de reposição de vagas de aposentadorias ou de exoneração de servidores. Tais fatos culminaram em infraestruturas precárias e reduzido quadro de pessoal, agravados por poucos jovens entre 18 e 24 anos matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Ademais, os seus espaços físicos eram ociosos no período noturno, concentrados em grandes centros urbanos e com altos índices de evasão na graduação.

O acesso à educação superior passou a ser visto como um processo de exclusão social, dependente da ampliação de vagas. Nesse contexto, surgiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, para expandir as vagas no ensino superior, reduzir a evasão de alunos na graduação, otimizar a estrutura física e os recursos humanos existentes nas IFES no período de 2007 a 2012 (BRASIL, 2007). Para tal, as ações do programa buscaram ampliar as vagas em cursos de graduação, ofertar cursos noturnos e promover inovações pedagógicas.

Entretanto, a ampliação de vagas e matrículas nos cursos não acompanhou a disponibilidade de recursos materiais, operacionais e humanos. Com isso, algumas IFES improvisaram e transformaram suas instalações em salas de aula para receber os novos alunos a partir de 2007, uma vez que a liberação dos recursos financeiros do Reuni iniciou em 2008. Dessa forma, os novos alunos conviveram com laboratórios de pesquisa, bibliotecas e outros setores defasados em razão da ausência de investimentos para se equiparem nesse primeiro momento (LUGÃO *et al.*, 2015).

Schwartzman (2006) corrobora que a política de expansão do Reuni foi acelerada e sem um plano ou avaliação de prioridades. Aliás, o governo federal previu a criação de instituições em locais de baixa demanda e os alunos ingressaram antes da construção dos edifícios e adequação das instalações. Mas a interiorização da oferta da educação superior buscou reduzir as disparidades no “desenvolvimento regional e atingir estudantes sem condições de se deslocar para outras regiões” (BRASIL, 2015, p. 20).

Dada à importância e dimensão do Reuni nas universidades, o programa tem sido objeto de estudo em diversos aspectos. Afinal, a instalação de um campus universitário pode provocar alterações na dinâmica municipal.

Araújo e Santos (2014) investigaram a opinião de gestores da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) sobre os impactos do Reuni na cidade. A UFSJ modificou a estrutura física para abrir cursos (de 41 passou para 61) e receber os novos alunos (de 3,2 mil alcançou 12 mil), em 2012. A instituição participou do Programa Expandir e criou os *campi* em Alto Paraopeba (Ouro Branco), Centro-oeste Dona Lindu (Divinópolis) e Sete Lagoas. Enquanto isso, as ações do Reuni focaram na sede em São João del-Rei.

Andriola e Suliano (2015) avaliaram os impactos da presença da Universidade Federal do Ceará (UFC) nos municípios do interior do estado após o Reuni. Para isso, realizaram a avaliação *ex-post facto* com 129 docentes, 503 discentes dos três *campi* avançados da UFC em

Sobral, de Quixadá e da Região do Cariri (Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha) e com 191 moradores locais. Os resultados mostraram o maior dinamismo econômico com o crescimento municipal, oportunidade de qualificação profissional e geração de empregos locais.

Niquito *et al.* (2018) verificaram o efeito da criação de novas universidades federais no desenvolvimento das economias locais. Para tal, estimaram um modelo de diferenças em diferenças com uma variável de tratamento, que capturou os efeitos de transbordamento da criação de novos *campi* em um município sobre os adjacentes. Com isso, constataram a melhoria na renda domiciliar *per capita* das famílias e no nível de escolaridade dos adultos, redução da taxa de fecundidade e da desigualdade de renda.

Já, Ferreira e Santos (2018) analisaram os impactos econômicos da ampliação/criação de dois *campi* da Universidade Federal Fluminense, na cidade de Volta Redonda (UFF-VR), relacionados aos impactos dos alunos sobre a economia local, a massa salarial recebida pelos docentes e técnicos, os gastos e investimentos da UFF-VR. Nas regiões contempladas com os *campi* universitários, aumentou o conhecimento, a transferência de tecnologia e inovação com a possibilidade de estudar perto da família.

O mapeamento bibliográfico dos artigos científicos publicados nas bases eletrônicas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* sobre o Reuni, permitiu observar a incipiência de análises das externalidades causadas pela expansão das IFES nos municípios. A discussão sobre tal foi abarcada por Araújo e Santos (2014), Andriola e Suliano (2015), Ferreira e Santos (2018) e Niquito *et al.* (2018). Portanto, é um assunto pouco explorado na literatura.

Os trabalhos publicados no início do Reuni apresentaram uma abordagem teórica e conceitual, tendo a vertente empírica se consolidado após sua finalização, em 2012. Sales *et al.* (2017, p. 12) defenderam que a estabilidade na publicação de artigos sobre o Reuni nos periódicos das bases Capes, *Spell* e Anpad, entre 2011 e 2015, e o declínio em 2016, resultou de “um menor interesse pela análise dessa política pública educacional, em virtude da finalização do processo de implementação da política em 2012”. Contudo, acredita-se que a conclusão do programa tenha despertado o interesse da comunidade científica na realização da avaliação do ciclo desta política pública.

Nesse contexto, este estudo se propõe a responder: **Qual o impacto do Reuni nos indicadores socioeconômicos dos municípios mineiros beneficiados com a expansão das universidades federais?**

O objetivo do estudo consiste em avaliar a situação operacional, financeira e econômica dos municípios mineiros e as implicações da implantação de um campus universitário sobre os indicadores socioeconômicos. Especificamente, pretende-se:

- a) Avaliar a situação operacional dos municípios contemplados com a implantação do campus.
- b) Comparar os indicadores socioeconômicos municipais antes e após a implantação do campus.
- c) Verificar as implicações e efeitos da implementação do campus nos municípios.

Assim, o presente trabalho visa contribuir com as discussões e avaliações sobre os efeitos do Reuni e da expansão das universidades no âmbito municipal. A análise é importante e oportuna por tratar-se de uma política pública findada em 2012, cujos avanços quantitativos na expansão das universidades públicas federais propiciaram o acesso à educação superior pública em regiões onde inexistia a oportunidade de ingressar na rede federal de ensino. Contudo, na visão de Favato e Ruiz (2018, p. 462), isso ocorreu “de forma negligenciada, se

considerar todo o território nacional, pois, muitas instituições caminham em caráter precário, com deficiências em sua infraestrutura, com falta de laboratórios, bibliotecas, professores e técnicos”.

Além das limitações e possibilidades constatadas nos municípios beneficiados com a implementação do campus ou sede universitária. Ademais, o trabalho busca subsidiar a tomada de decisão para futuras ações do poder público federal na elaboração e implementação de políticas públicas no âmbito da educação com vistas aos efeitos a nível municipal.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As funções de governo

O Estado intervém na economia para garantir o crescimento, a estabilidade, melhorar a distribuição de renda e o nível de emprego. Além de corrigir as falhas de mercado e distorções por meio de política fiscal, monetária, cambial e regulatória (PALUDO, 2013). A teoria de finanças públicas busca explicar a intervenção na economia, os fundamentos do Estado e as funções de governo.

Para Rezende (2001), os mercados perfeitamente competitivos são raros devido às falhas de mercado, que dependem da intervenção do governo. Segundo Dye (2010, p. 121), “a teoria de opção pública reconhece que o governo deve exercer certas funções que o mercado não consegue desempenhar, isto é, ele deve remediar certas falhas de mercado”.

As falhas de mercado incluem a oferta de bens públicos a todos, cujo custo é superior ao valor de modo que o mercado e o comprador individual não conseguem prover ou impedir o usufruto de outros, respectivamente. Além das externalidades; falha de competição, quando há monopólios naturais advindos do ganho de escala no setor, que exige do governo assumir a produção ou criar agências de controle; desenvolvimento, emprego e estabilidade, dependentes da atuação estatal para promover o crescimento, estabilidade econômica e criação de postos de trabalho (PALUDO, 2013).

Giambiagi e Além (2000) ainda acrescentam a existência de mercados incompletos, falhas de informação e inflação. A intervenção do Estado na economia materializa-se no orçamento público e funções orçamentárias para garantir a estabilidade, crescimento e correção das falhas de mercado (PALUDO, 2013). A presença do setor público na economia resulta do “sistema de mercado não desempenhar sozinho todas as funções econômicas” (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980, p. 5). Destarte, a correção e complementação envolvem três funções clássicas assumidas pelo Estado:

1) Alocativa: provisão de bens públicos, que o mercado não ofereceria ou seria em condições ineficientes. Os benefícios destes bens são disponibilizados a todos, mas a ausência de pagamento voluntário aos fornecedores obriga o governo a determinar o tipo e a quantidade ofertada calculando o nível de contribuição individual (GIAMBIAGI; ALEM, 2000). Além disso, oferece condições para prover os bens privados “no mercado pelos produtores, corrigir as imperfeições no sistema de mercado (oligopólios) e os efeitos negativos de externalidades” (PALUDO, 2013, p. 1).

2) Redistributiva: refere-se à organização da distribuição da renda resultante dos fatores de produção (capital, trabalho e terra) e venda dos serviços no mercado. Assim, assegura “uma adequação àquilo que a sociedade considera como um estado justo ou adequado de distribuição” (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980, p. 6). Com isso, “tributa e arrecada de quem pode pagar e

os distribui/redistribui a quem tem pouco ou nada tem por meio de programas sociais,” segundo Paludo (2013, p. 1). Portanto, pretendem reduzir as desigualdades sociais de renda e riqueza mediante a tributação, transferências financeiras, subsídios e incentivos fiscais.

3) Estabilizadora: busca manter “um elevado nível de emprego, razoável grau de estabilidade do nível de preços, taxa apropriada de crescimento econômico e o alcance de estabilidade na balança de pagamentos” (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980, p. 6). Esta função se manifesta nos gastos públicos pelo consumo, investimento ou redução das alíquotas de impostos para elevar a renda do setor privado. Inclusive, adotam-se instrumentos de política monetária, cambial e fiscal para intervir na economia, ajustar preços, melhorar o nível de emprego, estabilizar a moeda e propiciar o crescimento econômico (PALUDO, 2013).

O Estado exerce as três funções clássicas e atua no sistema econômico como regulador, financiador e produtor. O Estado como regulador cumpre suas funções clássicas e executa as políticas monetária, fiscal, creditícia e cambial para o controle dos preços (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000). O processo de crescimento financiado pelas instituições financeiras estatais demarca o papel de financiador do Estado, que ao ofertar os bens e serviços por meio das empresas estatais atua como produtor.

Nesse contexto, o governo federal é o principal financiador do ensino público gratuito oferecido nas IFES pelo fato da arrecadação própria de recursos ser insuficiente para manter o funcionamento. Vale destacar a importância das políticas de expansão do ensino superior financiadas pela União, no exercício da função redistributiva, em termos orçamentários e financeiros, para o avanço das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2.2 Políticas públicas para a expansão do ensino superior

As políticas públicas correspondem ao “Estado em ação [...] implantando um projeto de governo por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HOFLING, 2001, p. 31). A política é a arte de governar e realizar o bem público com ações ou diretrizes políticas baseadas em leis e empreendidas pelo governo para solucionar os problemas sociais (HEIDEMANN, 2009). Dye (2010) resume a política pública como tudo o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer.

Os critérios de determinação das políticas públicas envolvem a natureza ou grau de intervenção (estruturais, conjunturais ou emergenciais), abrangência de benefícios (universais, segmentais ou fragmentadas) e os efeitos sobre os beneficiários (distributivas, redistributivas ou regulatórias), conforme Teixeira (2002).

As políticas públicas são formas de respostas dadas pelos governantes às demandas da sociedade. A educação, por exemplo, é constitucionalmente reconhecida como um direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). Destarte, cabe ao Estado garantir a qualidade, acesso e permanência com a implementação de políticas públicas educacionais.

Os três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) possuem autonomia na jurisdição da educação, que é regulamentada por normas de caráter nacional incidente sobre todo o sistema de ensino. Com isso, a descentralização, decorrente do federalismo, transferiu parte da responsabilidade da oferta da educação para os municípios.

A expansão da educação superior brasileira se resume em três etapas: entre 1998 e 2002, com a ampliação de vagas e cursos oferecidos nas universidades federais; de 2003 a 2006, o Programa Expansão Fase I criou novas universidades federais em regiões de fronteira e no

interior do país; e em 2007, o Reuni surgiu para ampliar o acesso com a otimização e o aproveitamento das estruturas físicas e recursos humanos existentes nas IFES.

O Reuni também teve como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e o aumento da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos. Estas ações resultaram da assinatura de um termo de compromisso ou contrato de gestão entre as IFES e o governo federal para promover a expansão de 100% na oferta das vagas, com o acréscimo de até 20% nos recursos do orçamento de custeio e pessoal do ano inicial da adesão, ao prazo de cinco anos, condicionada à capacidade orçamentária do Ministério da Educação (MEC). Já os recursos de investimentos foram distribuídos com base em critérios vinculados ao número de matrículas projetadas (BRASIL, 2007).

Apesar da delegação de autonomia às IFES para decidirem sobre a aplicação dos recursos conforme suas particularidades, a delimitação das diretrizes e metas não esclareceu como seria sua implantação, assim, cada instituição definiu as ações que julgou serem adequadas (LUGÃO, 2015). Portanto, o Reuni destinou as mesmas oportunidades a todas as IFES, mas o aproveitamento dos recursos atrelou-se à estrutura organizacional existente.

Entre 2003 e 2010, o número de IFES brasileiras passou “de 45 para 59 e de 148 campi para 274 campi/unidades”. Em 2014, foram criadas mais 47 unidades totalizando 321 campi distribuídos no território nacional. Os municípios atendidos por IFES de 114 alcançou 272 a fim de promover a interiorização, assegurar a expansão, desenvolver as regiões e diminuir as assimetrias (BRASIL, 2012, p. 11).

Portanto, a expansão das universidades federais contemplou vários municípios com a instalação de novos *campi* e sedes. Com isso, o Reuni influenciou os municípios contemplados e os adjacentes devido ao efeito de transbordamento (*spillover*), cujo impacto depende da distância (NIQUITO *et al.*, 2018). A expansão visou atender os Territórios da Cidadania, municípios populosos de baixa renda *per capita* e priorizar os localizados no interior com mais de 50 mil habitantes ou em microrregiões não atendidas por escolas federais, com Arranjos Produtivos Locais e investimentos estruturantes (MEC, 2011).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As unidades de análise desta pesquisa foram 15 municípios de Minas Gerais beneficiados com a instalação de *campi* universitários, entre 2003 e 2014, detalhadas no Quadro 1.

Quadro 1. Unidades de análise

Ano	IFES	Campus	Municípios	Código
2003 a 2007	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Campus Rio Paranaíba	Rio Paranaíba	M1
	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Campus Mucuri	Teófilo Otoni	M2
	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Campus do Pontal	Ituiutaba	M3
2008 a 2012	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Unidade II de Mariana – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Mariana	M4
	Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	Campus Alto Paraopeba	Ouro Branco	M5
		Campus Centro-Oeste Dona Lindu	Divinópolis	M6
	Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	Campus de Itabira	Itabira	M7
	Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	Campus de Sete Lagoas	Sete Lagoas	M8
	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	Campus Poços de Caldas	Poços de Caldas	M9
Campus Varginha		Varginha	M10	
2013 a 2014	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Campus Governador Valadares	Governador Valadares	M11
		Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Campus Monte Carmelo	Monte Carmelo
	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Campus Patos de Minas	Patos de Minas	M13
	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Campus Janaúba	Janaúba	M14
		Campus Unai	Unai	M15

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Os municípios do Quadro 1 podem ser divididos em três grupos ou estratos segundo o número de habitantes estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, serão denominados nesse trabalho como: pequeno, se possuir menos de 50.000 habitantes (M1, M5 e M12); médio, com população entre 50.001 e 100.000 (M3, M4, M14 e M15) e grande, acima de 100.001 (M2, M6, M7, M8, M9, M10, M11 e M13), como demonstrado na Figura 1.

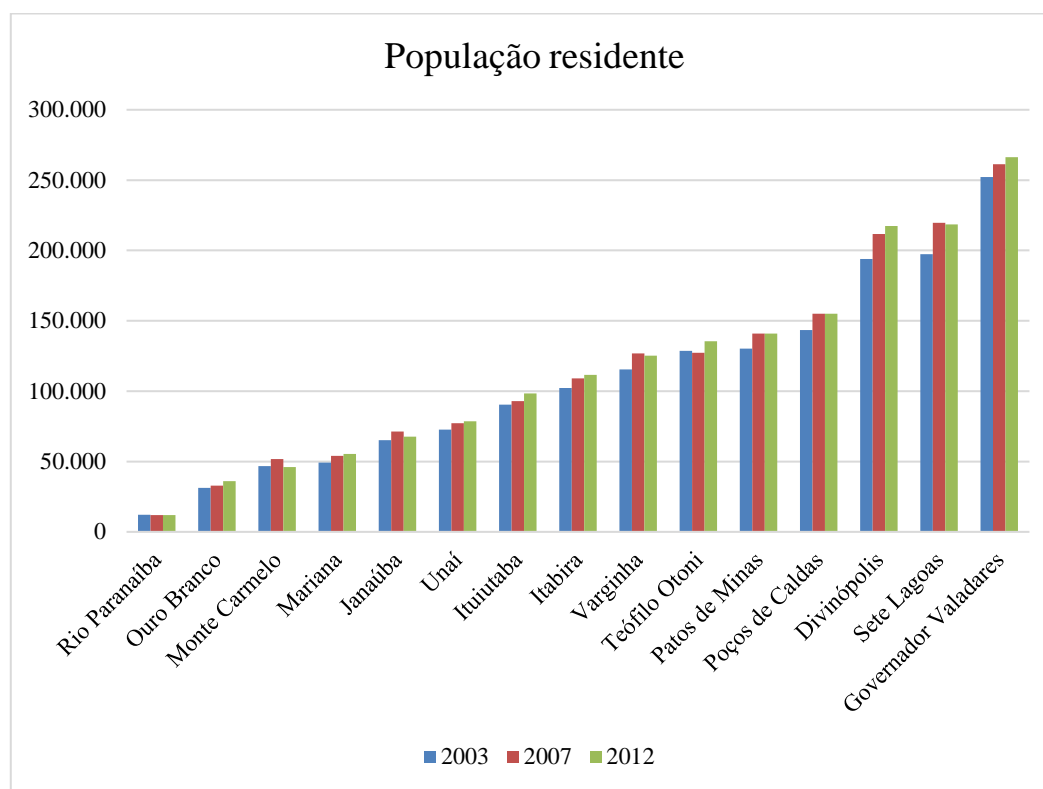


Figura 1: População dos municípios analisados em 2003, 2007 e 2012
Fonte: Estimativas da população (IBGE, 2012).

Para atender aos objetivos específicos realizaram-se pesquisas bibliográficas e documentais a fim de verificar a infraestrutura ou condições básicas dos municípios representadas pelas variáveis de análise coletadas nas respectivas fontes apresentadas no Quadro 2.

Com estes dados diagnosticou-se o contexto municipal no período de 2000 a 2018 por meio da análise descritiva e comparativa da variação e testes de diferenças entre médias para verificar se, estatisticamente, houve diferenças significativas nas médias de cada indicador antes (2003 a 2007) e após o Reuni ou instalação do campus (após 2008). Assim, identificou-se para quais indicadores a presença do programa contribuiu positiva ou negativamente.

Neste estudo, a hipótese testada é que há diferenças significativas nas médias dos seguintes indicadores: população, ITBI, IPTU, Taxas, ISSQN, Receitas Orçamentárias, Receitas Correntes, Receitas Tributárias e Receitas de Capital.

Quadro 2. Variáveis de análise

Variáveis de análise:	Fonte dos dados:
Número de habitantes	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Fundação João Pinheiro (FJP).
População economicamente ativa ocupada, desocupada e inativa	
População rural e urbana	
Expectativa de vida	
Taxa de fecundidade	
Índice de Gini	
Densidade demográfica	
Renda <i>per capita</i>	
Domicílios com água encanada, energia elétrica, banheiro e coleta de lixo	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e suas três dimensões (renda, longevidade e educação)	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, Ipea e FJP)
Distância do campus sede	IBGE
Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, Indústria, Serviços, Administração e Impostos Líquidos	Contas Nacionais (IBGE)
Frota de veículos	Ministério das Cidades - Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)
Tributos municipais	Finanças Públicas Municipais (FINBRA)
Receitas	
Despesas	

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Para testar a hipótese, considerando nível de significância de 5%, adotou-se o Teste t para amostras dependentes, cuja estatística de teste, conforme Bruni (2010) é dada por:

$$t_c = \frac{\bar{X}_{ant\text{Bani}} - \bar{X}_{pó\text{Bani}}}{\bar{SD}}$$

$$\bar{SD} = \frac{SD}{\sqrt{n-1}}$$

$$SD = \sqrt{\frac{\sum D^2}{n} - (\bar{X}_{ant\text{Bani}} - \bar{X}_{pó\text{Bani}})^2} \quad (1)$$

$$D = X_{ant\text{Bani}} - X_{pó\text{Bani}}$$

Em que t_c é o valor da estatística t calculada; \bar{SD} é o erro padrão da diferença entre as médias; n é o tamanho da amostra (15 municípios); SD é o desvio padrão da distância dos escores das diferenças entre médias (D).

Os softwares *MS Excel* e *Statistical Software for Professionals* (STATA) na versão 14.0 foram utilizados para o processamento e análise estatística dos dados. Ademais, estimaram-se as taxas de crescimento anuais conforme a taxa exponencial de crescimento, estimada pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários, dada por:

~~Introdução~~

(2)

Em que I_t^z corresponde ao valor do Indicador z no ano t; α é o termo constante; Tempo uma variável que corresponde a cada um dos anos da análise, $(\beta \times 100)$ é a taxa de crescimento exponencial anual do indicador z; e ε_t é o termo de erro aleatório.

Os valores monetários foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), considerado um dos principais indicadores brasileiro da variação mensal dos preços.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Avaliação da situação operacional dos municípios mineiros

A política de interiorização das IFES, representada pelo Reuni, visou reduzir as desigualdades entre os estados e municípios, bem como promover o desenvolvimento socioeconômico potencialmente gerado pela universidade ao ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Apesar dos esforços do governo federal em expandir o acesso à educação superior para todas as regiões, a criação das IFES concentrou-se no Sul (cinco) e Sudeste (seis).

Inclusive, algumas IFES surgiram da transformação de instituições existentes como o caso de cinco em Minas Gerais. O Nordeste recebeu quatro novas instituições nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Na região Norte foi inaugurado três novas IFES e no Centro-Oeste, uma (NIQUITO *et al.*, 2018).

A distribuição populacional pela área territorial dos municípios em comparação à brasileira (22,4 hab./km²) permite constatar uma alta densidade populacional em Sete Lagoas (393,93 hab./km²) e a baixa, em Rio Paranaíba (8,77 hab./km²), pertencentes ao grupo grande e pequeno, cujas médias foram de 195,96 hab./km² e 30,56 hab./km², respectivamente.

A maior extensão territorial da amostra compete a Unaí, com 8.495,79 km², e o menor, Ouro Branco, com 261,98 km². Quando observa os valores médios, o grupo de porte médio concentra a maior área territorial (3.621,34 km²). Pelo ano de instalação, Mariana (1711) é o mais antigo e Ouro Branco (1953), o mais recente. O maior contingente populacional observado foi em Governador Valadares (263.689 habitantes) e o menor, em Rio Paranaíba (11.885), até 2012.

A política de expansão da educação superior em Minas Gerais resultou na instalação de *campi* em municípios do interior há uma distância da instituição sede de 595,6 km (Campus Unaí da UFVJM) e 554,9 km (Campus de Itabira da UNIFEI). No entanto, outras IFES conseguiram expandir para regiões mais próximas como a UFOP, que criou a Unidade II – Instituto de Ciências Sociais Aplicada em Mariana (14,4 km), e a UNIFAL, com o campus em Varginha (68,9 km).

A distância dos demais *campi* em relação à sede de suas IFES superou 100 km. O porte dos municípios interferiu na localização do campus, pois no grupo dos grandes a distância foi relativamente maior, apesar de a área territorial ser inferior (1.533,03 km²) aos de médio porte (3.621,34 km²).

O governo federal não explicitou os parâmetros de escolha dos municípios para a instalação do campus. Aliás, a adesão das IFES ao Reuni foi facultativa, por meio de um termo de compromisso e um acordo de metas. A liberação de financiamento para a instituição

participante esteve condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas no acordo firmado. Deste modo, os recursos foram disponibilizados com base na elaboração e apresentação dos planos de reestruturação (SALES *et al.*, 2017).

Com isso, os efeitos sobre o desenvolvimento dos pequenos municípios podem ser mais intensos por refletir nos negócios locais, receitas governamentais, renda e gastos. No longo prazo, pode-se atingir o nível de capital humano, conhecimento, atratividade para novos negócios e empreendimentos como sugerido por Niquito *et al.* (2018).

Em 2000, os municípios de médio porte concentravam a maior expectativa de vida (72,19 anos) e taxa de fecundidade de 2,45 filhos por casal, em média. A maior taxa de envelhecimento ocorreu em M3 e a menor, em M5, entre 2000 e 2010. A redução da taxa de fecundidade ocorrida no referido período pode se relacionar à maior inserção da mulher no mercado de trabalho ou a decisão de não ter ou ter menos filhos. Em 2010, M10 respondeu pela menor taxa de 1,5 filhos por casal, sendo que M4 e M2 concentraram a maior de 2,76 no ano de 2000, em valores absolutos, como demonstrado na Tabela 1.

Entre 2000 e 2010, a população rural reduziu em todos os estratos municipais, possivelmente, ocasionado pelo processo migratório para a zona urbana em busca de emprego e renda. Consequentemente, ampliou-se a população urbana e em idade economicamente ativa (PEA). Além disso, o capital humano gerado nas universidades pode sofrer com os efeitos da migração quando a mão de obra formada em uma localidade não permanece na região. Em média, os grandes municípios concentraram as maiores populações urbana e rural, enquanto nos pequenos, a rural superou a urbana.

O número de funcionários vinculados às atividades universitárias aumentou a nível nacional, o corpo docente passou de 48.868 para 74.059, entre 2002 e 2010, com uma taxa média de crescimento de 5% a.a. Ao considerar apenas as novas universidades, a taxa chegou a 20% a.a., ou seja, passou de 2.198 para 9.595 docentes. A expansão do corpo técnico-administrativo cresceu a taxa média anual de 5% a.a. e no grupo das novas instituições alcançou 10% a.a. no mesmo período (NIQUITO *et al.*, 2018).

O Índice de Gini avalia o grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos e varia de 0 (zero) na situação de igualdade perfeita a 1 (um) na extrema desigualdade. No estrato médio, observam-se os maiores Índice de Gini de 0,61 e 0,52, e os menores (0,51 e 0,50) ocorreram no grupo dos pequenos municípios, entre 2000 e 2010, respectivamente.

Tabela 1. Resumo dos indicadores sociais antes e após a instalação dos *campi* por estrato

Indicadores	2000			2010		
	Grupo de Municípios			Grupo de Municípios		
	Pequeno	Médio	Grande	Pequeno	Médio	Grande
Expectativa de vida	71,49	72,19	72,03	76,90	75,34	75,95
População urbana	23577	57993	141712	26332	65917	159709
População rural	5027	8878	9829	4643	8023	8993
Taxa de fecundidade	2,35	2,45	2,10	2,01	2,01	1,77
Índice de Gini	0,51	0,61	0,57	0,50	0,52	0,51
PEA ocupados	69,33%	68,78%	59,92%	15565 hab.	36305 hab.	85218 hab.
PEA desocupados	5,07%	7,70%	6,26%	1265 hab.	3817 hab.	8902 hab.
PEInativos	25,67%	23,53%	19,70%	5691 hab.	12520 hab.	29438 hab.

Fonte: Adaptados de IBGE, PNUD, Ipea, FJP (2013).

A concentração de empregados com carteira assinada, representada pela população economicamente ativa (PEA) ocupada, ocorreu nos grandes municípios em termos absolutos (85.218 pessoas). Todavia, em relação à proporção da população, o grupo dos pequenos (69,33%) apresentou a maior PEA ocupada, entre 2000 e 2010. No referido período, os empregados em situação de informalidade e sem carteira assinada representaram, em média, 7,7% da PEA no grupo médio. A população economicamente inativa atingiu, em média, 25,67% da população dos pequenos municípios (Tabela 1).

Em média, a população residente foi predominantemente feminina (51,59%) e urbana (95,8%) nos grandes municípios no ano de 2010. A melhoria nas condições de saneamento básico foi positiva no período de 2000 a 2010 de modo que o acesso à água encanada e energia elétrica alcançaram 97,8% e 99,76% dos domicílios dos grandes municípios. A disponibilidade do serviço de coleta de lixo e existência de banheiro e água encanada chegou a 98,94% e 98,22% dos domicílios dos pequenos municípios, com base nos dados publicados pelo PNUD, Ipea e FJP (2013). Em geral, houve uma elevação da população residente urbana em domicílios com água encanada, energia elétrica, coleta de lixo e banheiro, que sinalizam a melhoria nas condições do saneamento básico nos municípios analisados.

4.2. Os indicadores socioeconômicos dos municípios antes e após o campus

O crescimento natural da população refletiu na renda *per capita*, no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e suas três dimensões (renda, longevidade e educação) entre 2000 e 2010. A taxa de fecundidade e o índice de Gini reduziram no mesmo período em todos os estratos. A instalação do campus universitário, mudanças conjunturais, econômicas e políticas contribuíram para a variação de tais indicadores.

Nesse sentido, sob a hipótese nula (H_0) da média da população ser estatisticamente igual em ambos os períodos e sob a hipótese alternativa da média pós Reuni ser maior (H_a : média (antes Reuni) < média (pós Reuni)), tem-se o p-valor do teste. Assim, ao nível de 5% de significância, rejeitou-se H_0 , e identificou que, em média, após 2008 a população foi maior devido ao crescimento natural e aumento da expectativa de vida.

A oportunidade de ter uma vida longa e saudável, com o acesso ao conhecimento e um padrão de vida com garantia das necessidades básicas como a saúde, educação e renda são mensuradas pelo IDHM. O menor IDHM (0,429) ocorreu em M14, que ocupou a 2.028ª posição no ranking nacional. Enquanto isso, M9 foi o melhor classificado da amostra com a 141ª posição no ano de 2010. Na Tabela 2 encontram-se os valores médios do IDHM e suas dimensões por estrato municipal em 2000 e 2010.

Tabela 2. IDHM médio e suas dimensões por estrato municipal

Indicadores	2000			2010		
	Grupo de Municípios			Grupo de Municípios		
	Pequeno	Médio	Grande	Pequeno	Médio	Grande
IDHM	0.618	0.626	0.664	0.734	0.728	0.754
IDHM Renda	0.665	0.658	0.696	0.731	0.707	0.739
IDHM Longevidade	0.775	0.787	0.796	0.865	0.839	0.852
IDHM Educação	0.465	0.475	0.529	0.625	0.652	0.680

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013).

Em 2000, todos os municípios superaram o IDHM do Brasil de 0,612 e apenas os pequenos ficaram abaixo do IDHM de Minas Gerais (0,624). No ano de 2010, os municípios apresentaram o mesmo comportamento no nível nacional, cujo IDHM foi de 0,727, e os integrantes do estrato médio permaneceram abaixo do estadual de 0,731.

Em média, antes da instalação do campus, o menor IDHM ocorreu no estrato pequeno (0,618). Após a instalação dos *campi* universitários, o menor IDHM concentrou-se nos municípios médios (0,728). O padrão de vida é medido pela renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média de cada residente do município mensurado pelo IDHM Renda.

Antes do campus universitário, o menor IDHM Renda (0,53) foi em M14, onde apresentou a menor renda *per capita* e os maiores índices concentraram nos grandes municípios. A maior renda *per capita*, em valores constantes de maio de 2019, foi em M10 e a menor, em M14 devido à variabilidade populacional e à oferta de emprego local.

A alta densidade demográfica de M9, cuja população superou 100 mil habitantes, contribuiu para 71,2% (82.058) destes integrarem a PEA ocupada e 23,1%, a inativa (26.612). Por conseguinte, neste município observaram-se os maiores IDHM Renda (0,768) e renda *per capita* de 2010. No Brasil, cerca de 90% das famílias possuíam renda inferior a três salários mínimos e viviam abaixo do Índice de Desenvolvimento Humano (IBGE, 2010).

O IDHM Longevidade mostra o número médio de anos de vida a partir do nascimento se mantido os padrões de mortalidade do ano de referência. Nesse caso, o menor índice foi em M2 (0,673) em razão da baixa expectativa de vida (65,38 anos). Ao comparar os estratos observam-se os maiores IDHM Longevidade no estrato dos grandes e pequenos municípios antes e após a instalação do campus, respectivamente.

O acesso ao conhecimento, mensurado pelo IDHM Educação, considera a média de anos de estudo (adultos) e os anos esperados de escolaridade (crianças). Nos municípios grandes, a presença dos maiores IDHM Educação deveu-se a representatividade da sua oferta em nível público e privado. O menor índice foi em M1 (0,185), antes da instalação do campus da UFV, e o maior, em M10 (0,707), favorecido pela expansão da UNIFAL. Destarte, o porte, localização e estrutura do município impactaram nas três dimensões do IDHM.

Os resultados corroboraram com Niquito *et al.* (2018), que constataram a melhoria na renda domiciliar *per capita* das famílias; redução da taxa de fecundidade; efeitos sobre a renda domiciliar *per capita* média, o nível de escolaridade das pessoas adultas, taxa de fecundidade total e desigualdade de renda após a instalação do campus universitário em municípios afetados pela expansão das IFES.

4.3. As implicações e efeitos da implementação do campus

A implantação de um campus universitário implica em alterações nas receitas e despesas municipais. Nesse sentido, antes da instalação do campus, a maior receita orçamentária *per capita* média concentrava-se nos grandes municípios (R\$ 2.063,38), seguidos dos pequenos (R\$ 1.932,06) e médios (R\$ 1.804,19), segundo os dados disponibilizados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Após 2008, a situação se inverteu de modo que os pequenos alcançaram a maior receita orçamentária *per capita* (R\$ 2.903,21), posteriormente, os médios (R\$ 2.783,15) e grandes (R\$ 2.713,18).

Entre 2003 e 2007, a estrutura dos municípios grandes despendeu a maior despesa orçamentária média *per capita* deflacionada de R\$ 1.941,96. Após 2008, nos pequenos municípios ocorreram as maiores despesas orçamentárias de R\$ 2.806,55 por pessoa.

Sob a classificação das categorias econômicas, a receita corrente *per capita* foi maior nos pequenos municípios antes e depois da instalação do campus no valor de R\$ 2.078,80 e R\$ 2.924,14, respectivamente. A evolução das despesas correntes *per capita* para custear os serviços públicos prestados à sociedade apresentou um comportamento similar, alcançando nos pequenos municípios R\$ 1.651,89 e R\$ 2.355,14 por pessoa, seguida pelos grandes com R\$ 1.627,17 e R\$ 2.280,37 antes e após o campus.

As receitas tributárias derivadas da arrecadação municipal de tributos, compostos pelos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, aumentaram em todos os estratos. Nesse sentido, a taxa de crescimento foi de 44,57% a.a. nos grandes municípios, 48,21% nos médios e 39,71% nos pequenos, entre 2003 e 2012.

Os tributos de competência municipal incluem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou ISSQN), Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI), Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Contribuições de Melhoria, Taxas de Alvará e Licenciamento e Taxa de Coleta de Lixo.

Entre 2013 e 2017, a taxa de crescimento média anual do ITBI foi negativa nos municípios de médio porte (- 12,77% a.a), enquanto no grupo dos pequenos e grandes o crescimento foi positivo em todo o período de análise. O comportamento do IPTU foi inverso ao ITBI, ou seja, apresentou um crescimento positivo independente do estrato, apesar do seu maior valor (20,1%) ter concentrado no grupo do médio. A evolução do IPTU em relação à arrecadação tributária foi negativa nos pequenos municípios (- 6,0%) e positiva nos grandes chegando a 9,6% e nos médios a 8,8%.

A realização dos testes de diferença entre médias do comportamento do IPTU, ISSQN e Taxas antes e depois da instalação do campus universitário, ao nível de 5% de significância, permitiu constatar que a arrecadação de tais tributos maior a partir de 2008. Por outro lado, a média do ITBI permaneceu, estatisticamente, igual em ambos os períodos.

As despesas com pessoal e encargos sociais ampliaram 43,92% a.a. nos grandes, 54,62% a.a. nos médios e 42,42% a.a. nos pequenos municípios, onde ocorreu o maior valor *per capita* deflacionado do período. Além disso, as despesas de pessoal cresceram proporcionalmente às despesas tributárias.

Os dispêndios dos entes públicos para a realização de investimentos, na forma de despesas de capital, aumentaram 90,17% nos pequenos e 36,14% nos médios municípios. Entretanto, as despesas de capital *per capita* nos grandes municípios reduziram de R\$ 313,92 para R\$ 289,70, com uma taxa negativa de 7,72% a.a., após 2008. Enquanto isso, as receitas de capital *per capita* reduziram 42,91% a.a., ou seja, passaram de R\$ 122,29 para R\$ 69,82 nos médios municípios. Após 2008, nos municípios grandes e pequenos o crescimento superou a taxa de 16,94% e 286,64% ao atingir R\$ 111,49 e R\$ 230,36, respectivamente.

Os testes de diferença entre médias apontaram que há diferenças significativas nas médias antes e pós Reuni das Receitas Orçamentárias, Correntes, Tributárias e Capital, ao nível de 5% de significância. Afinal, a instalação do campus beneficia o município ao fortalecer a economia local e regional com a ampliação do número de alunos, servidores e mão de obra temporária para a construção civil (LUGÃO, 2015).

A evolução média das receitas e despesas encontra-se na Figura 2.

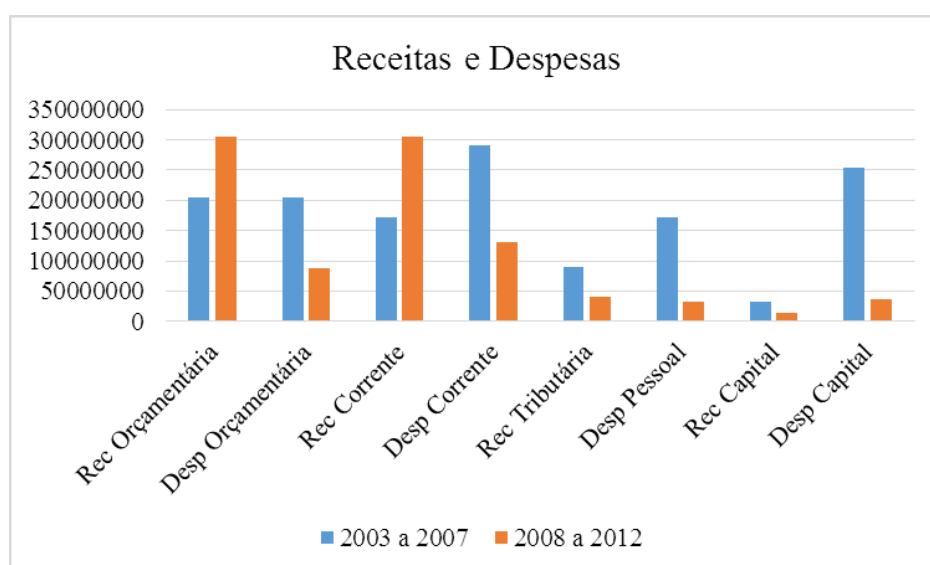


Figura 2. Evolução média das receitas e despesas municipais
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A maior taxa de crescimento dos valores adicionados brutos da Indústria (227,53%), Serviços (84,21%), Administração (47,02%), Total (44,45%) e Impostos Líquidos (36,88%) ocorreram nos municípios de médio porte. O valor adicionado bruto da Agropecuária elevou-se a uma taxa de 53,81% a.a. nos pequenos municípios. Na Tabela 3 demonstram-se os valores adicionados médios por grupos de municípios.

Tabela 3. Valores adicionados (VA) médios por estrato

Grupo de Municípios	2003 a 2009			2010 a 2016		
	Pequeno	Médio	Grande	Pequeno	Médio	Grande
VA Agropecuária	107.686,84	157.877,07	55.292,61	165.628,80	223.700,04	75.173,44
VA Indústria	757.361,30	389.098,58	1.190.903,73	658.820,40	1.274.395,57	1.524.023,91
VA Serviços	364.629,77	581.922,88	1.641.231,10	520.683,51	1.071.968,25	2.559.462,62
VA Administração	92.089,39	203.984,38	472.554,40	131.536,18	311.319,60	694.770,11
VA Total	1.321.767,30	1.332.882,91	3.359.981,84	1.476.668,90	2.881.383,46	4.853.430,09
Impostos líquidos	373.088,45	132.461,09	507.750,00	268.069,09	202.957,56	694.991,05

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O novo contingente de alunos e funcionários das IFES, denominado de população flutuante, utiliza a estrutura e os serviços públicos oferecidos pelo município, mas não integra o cálculo de repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Inclusive, os gastos relacionados ao consumo são realizados no município do campus ou sede da IFES, apesar da renda auferida ser direcionada ao domicílio de origem localizado em regiões circunvizinhas.

Por isso, a localização da universidade deve considerar alguns fatores técnicos e econômicos sugeridos por Kon (1994) como: o custo e eficiência dos transportes locais; a distância e dimensão das áreas comerciais; a disponibilidade e custos da mão de obra; as condições do relevo, terreno e qualidade do solo para a construção de malha viária; as vias de

acesso e comunicação; os serviços públicos ofertados como a infraestrutura urbana de esgoto sanitário, saneamento básico, energia elétrica, linhas telefônicas, coleta de lixo, transportes coletivos, ensino e saúde para as famílias que fornecerão a mão de obra para o mercado local. Vale ressaltar que a oferta destes fatores locais incorre em custos para o setor público de modo a refletir diretamente no valor adicionado gerado no âmbito municipal.

Por outro lado, as externalidades causadas pelos efeitos da instalação do campus podem ser minimizadas com o direito de propriedade para equilibrar os custos de transação; da internalização da externalidade e cada um assumindo a responsabilidade sobre os seus atos; e da intervenção governamental no mercado a fim de penalizar e desmotivar as ações indesejadas e excessivas de agentes com a aplicação de multas, concessão de subsídios, venda de direitos de poluição e regulamentação.

A instalação do campus universitário interfere na estrutura organizacional e imobiliária do município podendo dinamizar a economia local, proporcionar o crescimento, ofertar maior oportunidade de qualificação profissional e gerar empregos para os moradores locais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou avaliar a situação operacional, financeira e econômica dos municípios mineiros e as implicações da implantação de um campus universitário sobre os indicadores socioeconômicos. Para isso, verificou-se a situação operacional dos municípios antes da implantação do campus de modo a traçar seus perfis e dividi-los em grupos ou estratos com base no número de habitantes.

Em seguida, identificaram-se os indicadores socioeconômicos dos municípios antes e após a implantação do campus. Com isso, pode-se constatar que os menores IDHM, índice de Gini e arrecadação de ITBI ocorreram nos municípios de pequeno porte. Nestes, também se observou os maiores gastos para cobrir as despesas orçamentárias, correntes e de capital após a instalação do campus universitário. No entanto, as receitas orçamentárias, correntes e de capital cresceram proporcionalmente às despesas correlatas após 2008.

Dentre as implicações ocorridas com a implementação do campus destaca-se que a política de expansão da educação superior para o interior e municípios pequenos pode não se sustentar pela falta de fatores locais como: infraestrutura adequada, saneamento básico, vias de acesso e comunicação, custo e disponibilidade de mão de obra para promover e garantir o desenvolvimento local, em longo prazo. Como externalidade negativa identificou-se a necessidade de adequação da estrutura dos municípios em relação à saúde, educação, segurança e saneamento básico para atender a população residente e flutuante.

A presença de um campus ou sede universitária influencia no desenvolvimento local e regional ao proporcionar oportunidades de empregos e investimentos em infraestrutura. Além disso, a demanda por bens e serviços públicos tende a aumentar com a chegada de novos alunos, ou população flutuante, no município. Por outro lado, a instalação dessa estrutura operacional é uma forma de elevar a renda e desenvolver a economia local.

Portanto, observou-se que a variação da população residente interfere na arrecadação e repasses governamentais, bem como amplia as despesas ou gastos do município com a oferta de bens e serviços em atendimento às determinações constitucionais. Por fim, destaca-se que o porte dos municípios contemplados com a expansão das IFES influencia diretamente na composição dos gastos, receitas e repasses governamentais.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, Wagner B.; SULIANO, Daniele C. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 96, n. 243, p. 282-298, 2015.

ARAÚJO, Cristiane B.; SANTOS, Larissa M. M. O Reuni na opinião dos gestores de uma universidade pública. **Revista Psicologia & Sociedade**, vol.26, n.3, pp.642-651. 2014.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 - 2014**. (Balanço Social 2003 - 2014). Brasília, 2015.

BRUNI, Adriano L. **Estatística Aplicada à Gestão Empresarial**. 2ª Ed., São Paulo, Editora Atlas, 2010.

DYE, Thomas R.. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: Heidemann, F. G.; Salm, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento**. Brasília: Editora UnB, 2010.

FAVATO, Maria N.; RUIZ, Maria J. F. Reuni: política para a democratização da educação superior? **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 2, p. 448-463, 2018.

FERREIRA, André; SANTOS, Edson A.. Expansão da universidade pública e o seu impacto na economia local: micro evidências da ampliação dos *campi* da UFF em Volta Redonda. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 1, p. 86-109, jan-abr. 2018.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana C.. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G. SALM, José F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

HOFLING, Eloisa M.. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, nov., 2001.

KON, Anita. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1994.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 mai. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. 2012. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/default.shtm>. Acesso em: 25 mai. 2019.

LUGÃO, Ricardo G.; ABRANTES, Luiz A.; BRUNOZI JR.; Antônio C.. Planejamento, implementação e avaliação do Reuni: Um estudo em universidades mineiras. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 22, n. 1, p. 78-96, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Expansão da educação superior e profissional e tecnológica: mais formação e oportunidades para os brasileiros**. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf. Acesso em: 24 abr. 2019.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas: teoria e prática**. São Paulo: Campus, 1980.

NIQUITO, Thais W.; RIBEIRO, Felipe G.; PORTUGAL, Marcelo S. Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 51, 2018.

PALUDO, Augustinho. **Administração pública**, 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas de Desenvolvimento Humano**. Formosa: PNUD, Ipea, FJP; 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SALES, Edriene C. S. S.; FERREIRA, Vicente R. S.; ROSIM, Daniela; COSTA, Sergio H. B. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni): Uma análise de seu processo de avaliação. In: **XLI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. São Paulo, Out., 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. A questão da inclusão social na Universidade Brasileira. In: **Simpósio Universidade e Inclusão Social - Experiência e Imaginação**. Universidade Federal

de Minas Gerais, Belo Horizonte, nov. 2006. Disponível em:
<http://www.schwartzman.org.br/simon/nclusao_ufmg.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

TEIXEIRA, Elenaldo C. **O papel das políticas públicas**. AATR-BA. 2002. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 17
mai. 2019.